

Sobre a noção do “político”: história e cultura democrática em Pierre Rosanvallon.

Carlos Mauro de Oliveira Júnior¹.

Resumo: O objetivo é realizar uma leitura do conceito do “político” de Pierre Rosanvallon a partir de sua inserção nos debates sobre a cultura democrática francesa desde a Revolução de 1789. Este conceito permite, segundo o autor, uma avaliação da democracia atual tendo em vista sua história.

POLÍTICO DEMOCRACIA CIDADANIA

Abstract: The aim is to accomplish a reading of the concept of “political” of Pierre Rosanvallon from his insertion in the debates about the French democratic culture since the 1789 Revolution. This concept allows permits, in conformity to the author, an a valuation of the current democracy according your history.

POLITICAL DEMOCRACY CITIZENSHIP

APRESENTAÇÃO

A trajetória intelectual do historiador e cientista social Pierre Rosanvallon foi marcada, segundo o seu depoimento, pela preocupação com o descompasso entre as dimensões discursiva e prática da democracia (Rosanvallon, 2006a). Este descompasso teria provocado uma contínua sensação de mal estar no que se refere às promessas não realizadas pelo discurso democrático-libertador desde a Revolução Francesa de 1789. Cabia então uma releitura do processo de institucionalização da democracia francesa a fim de reconstruir as disputas políticas e sociais existentes, tentando demonstrar como os atores davam significado aos discursos e a partir de quais práticas.

Para realizar tal propósito, Rosanvallon se apropriou da noção de cultura política presente nos *Annales* e reformulou-a para criar o conceito do “político”. A idéia esteve presente em alguns trabalhos de Claude Lefort e tentou demonstrar os princípios que estabelecem as relações entre as pessoas (Lefort, 1991:10). Era o resgate de uma teia de

¹ Doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP – com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp.

relações de inter-dependência, sem determinantes que remontava à sociologia compreensiva de Max Weber e, mais tarde, aos estudos das práticas e representações de Michel de Certeau e Roger Chartier.

O projeto intelectual de Rosanvallon pode ser dividido em duas partes. Há um componente historiográfico que, na linha aberta por François Furet, problematiza a Revolução Francesa a despeito de outras correntes que a exaltam ou a colocam como o marco zero da história da democracia moderna ou do socialismo (Furet, 1988). Da mesma forma, há o recurso a uma história conceitual que se afasta de uma visão que privilegie o econômico como instância fundamental. O “político” e a noção de cultura política remetem a um outro tipo de abordagem em que a esfera da política é alargada e abre espaço às formas de sociabilidades, às estratégias dos grupos e atores, tornando-se assim, um modelo diferente de História Total. Seja pelo ponto específico da historiografia da Revolução Francesa ou pelo projeto de reconstrução do social pelo “político”, pode-se perceber uma teoria bastante distinta do marxismo convencional, principalmente na França.

Além do componente historiográfico existe também um de tipo político. Este remonta aos debates sobre a democracia moderna e à terceira via (entre o liberalismo e o socialismo) do “republicanismo”. O resgate do “republicanismo clássico”, como uma medida crítica para analisar a democracia contemporânea ficou mais conhecido a partir dos trabalhos históricos de John Pocock: *The Machiavellian Moment* (1975) e Quentin Skinner: *The Foundations of Modern Political Thought* (1978). Nestes, o método de reconstrução do vivido partia do “Contextualismo Lingüístico” seguindo uma idéia de Wittgenstein: os atos de fala. Os termos da política eram contextualizados a partir de seus significados e mudanças de significado em uma dada época (Skinner) e/ou a partir da trajetória diacrônica de um vocabulário (Pocock). Cumpria que a história da política informe a política contemporânea, ainda que seja apenas pelo reconhecimento das diferenças.

O caso de Rosanvallon é diferente dos autores da tradição de língua inglesa. Ele se inscreve em uma tradição teórica de matriz weberiana que remonta a Raymond Aron. No tempo de Aron, o auge da Guerra Fria, a busca de uma sociologia não dominada pelo econômico (não marxista) podia ser motivada politicamente. E o mesmo ocorreu nos casos de Claude Lefort e François Furet. Com Rosanvallon, o recurso à História Conceitual do Político busca a solução para um novo conjunto de questões que, assim como o resgate do

Republicanism Clássico, permite auscultar a democracia contemporânea. Trata-se de refazer velhas perguntas, explorar os não ditos, iluminar o significado das crenças, observar as decepções e as não realizações. Usar a história da democracia no Ocidente para ajudar os cidadãos no sentido de informar a ação.

“Pode-se dizer que há um elemento dominante em minha vida intelectual: é a idéia de que se as sociedades contemporâneas querem aprofundar a sua democracia, elas devem compreender as suas dificuldades da forma realista” (Rosanvallon, 2006: 6).

GENEALOGIA

Um tema recorrente nas formulações sobre o “político” em Furet, Rosanvallon e Marcel Gauchet é a experiência advinda, na década de 1970, dos debates sobre a experiência soviética e o Totalitarismo. Uma experiência de desencanto, de insatisfação com promessas não realizadas. As figuras de Raymond Aron e Claude Lefort tornam-se importantes para pensar a partir de outros referenciais, assim como a antropologia de Pierre Clastres. Cumpria pensar uma sociedade que não se identificasse completamente com o Estado e um poder que não estivesse apenas neste. Por outro lado, é preciso explicar a defasagem entre discursos e práticas a fim de explicar o porquê da não realização da democracia.

“Eu faço parte daqueles que pensam que não é o econômico que explica o político, mas que é o político que é principal, que é ele que precisa ser explicado em sua configuração interna e, a partir dele, que se pode compreender como o econômico se separa e influencia o conjunto” (Gauchet, 2003: 21).

Raymond Aron pode ser pensado como um pioneiro nesta “família de espíritos” acima evocada por Marcel Gauchet. Não foi por acaso que o *Institute Raymond Aron* na *École de Hautes Études en Sciences Sociales*, abrigou Claude Lefort e François Furet. E este último, como diretor, convidou Pierre Rosanvallon e Marcel Gauchet a ingressarem no *Institute*.

A sociologia de Aron aproximou-se da política a partir do modelo weberiano – a sociologia compreensiva – que multiplicava as causalidades (Aron, 1981). Além de Weber, no entanto, Aron resgatou as figuras de Montesquieu e Alexis de Tocqueville como legítimos “sociólogos” atentos à política e a uma abordagem que se preocupava com as relações solidárias entre diversos elementos da realidade social sem determinantes em última instância. Os dois pensadores eram vistos como probabilistas que não viam o curso da História como uma evolução unilateral em direção ao progresso. A reflexão sobre a política os tinha tornado sensíveis aos ganhos e perdas do processo e neles as estratégias dos atores e grupos eram fatores importantes (Aron, 1990^a e 1990b).

Com Claude Lefort e Pierre Clastres, o debate se transferiu para a questão da legitimidade do poder. Isto se deveu ao fato da identificação existente no período entre socialismo e democracia ter entrado em choque com a decepção provocada pelo totalitarismo soviético. Segundo Claude Lefort, a idéia do “político” surgiu durante este processo e em proximidade com a obra de Pierre Clastres (Lefort, 1999).

O antropólogo Pierre Clastres publicou em 1974 o resultado de seus trabalhos de campo: *La Société contre l'État*. O contato com as populações nativas chamou a sua atenção para um tipo de poder não coercitivo e bloqueado pelo conjunto da sociedade. Os nativos não tinham Estado “porque o recusam, recusam a divisão do corpo social. Querem evitar que a desigualdade entre os homens instale a divisão na sociedade” (Clastres, 1976).

Vivendo em uma época marcada pela questão do Totalitarismo, Clastres “leu” nas sociedades nativas um poder que bloqueava outro. E, o que é mais importante, este poder bloqueador surgia na sociedade a partir de regras sociais criadas a partir dos múltiplos relacionamentos entre os muitos agentes. A teia social era uma totalidade, mas uma totalidade múltipla que recusava ao Estado o monopólio da representação.

“É só por oposição às sociedades primitivas, às sociedades sem Estado, que todas as demais se revelam equivalentes. [...] Existe uma hierarquia do pior, e o Estado Totalitário, sob suas diversas configurações contemporâneas, aí está para nos recordar que, por mais profunda que seja a perda da liberdade, nunca está perdida o bastante, nunca se acaba de perdê-la” (Clastres in Lefort, 1999:309).

Claude Lefort, por sua vez, afirmou ter, desde os anos 50, começado a pensar na inteligibilidade do político a partir da idéia de que as sociedades se definem a partir das relações entre grupos e pessoas. O ponto de partida em sua reflexão era a mutação na legitimidade que estava na origem do totalitarismo soviético. O que tornava legítimo um Estado democrático? (Lefort, 1999). O gradual apagamento entre as fronteiras entre o público e o privado colocava em questão o “social” como uma rede de relações de interdependência. Cabia estudar esta rede. Daí o recurso ao “político”, um princípio ou um conjunto de princípios geradores das relações que os homens mantêm entre si e com o mundo (Lefort, 1986).

Com François Furet, o debate alcançou a historiografia. E isto por um motivo especificamente francês: a Revolução de 1789 não era simplesmente um período histórico específico que podia e devia ser estudado a partir de questões novas (atuais). Havia, segundo Furet, uma dimensão comemorativa que se ligava tanto à História nacional como às correntes socialistas. Neste sentido, a Revolução Francesa criou a sociedade democrática e também abriu o caminho para a Revolução Russa de 1917. Enfim, “tornou-se o marco zero do mundo igualitário” (Furet, 1988: 16).

O problema com este tipo de abordagem foi a não problematização da história, demonstrando as suas questões próprias; criou-se um discurso de identidade em que a Revolução Francesa tornou-se um constante vir a ser. Ela era uma realização ainda incompleta. E isto era uma teleologia. Pior do que isto, uma vez que a história tornou-se o meio de realização de um ideal, era preciso explicar o porquê dos fracassos, mesmo temporários.

A estratégia foi buscar os inimigos externos que explicariam a violência do Terror e os crimes do stalinismo. O resultado foi que não se estudou o período, suas ideologias, seus conflitos e contradições. Ao invés disto, manteve-se uma dimensão comemorativa em que qualquer demonstração de aporia interna era mal recebida (Furet, 1988).

Os autores do século XIX, como Alexis de Tocqueville e Edgar Quinet, estavam atentos às contradições do discurso revolucionário. Tocqueville refletia no hiato entre o discurso e a realidade política. Ele, Quinet e outros liberais do Segundo Império francês (1851-1871), pensaram no conceito de “democracia servil” em que a igualdade dos cidadãos repousa sob a égide de um poder sempre crescente (Furet, 2001). A hipótese aqui

dizia respeito à possibilidade de o próprio discurso democrático ter um componente que ameaçava a liberdade. Sendo assim, as dificuldades de conciliação entre liberdade e igualdade já existiam nos discursos e nas tentativas de institucionalização do sistema representativo e não devido à Contra-Revolução ou outros inimigos clássicos.

O que aqui interessa é que se Furet buscou uma História da Revolução Francesa que não era a da esquerda francesa, ele o fez tendo em vista os usos políticos e democráticos da tradição revolucionária. Quis explicar os seus fracassos e as suas dificuldades internas. O recurso aos pensadores do XIX mostrou-lhe uma abordagem mais política do processo, sensível às transformações discursivas. Desta forma a sua abordagem se aproximou de Aron e Lefort.

Se para Raymond Aron, Claude Lefort e Furet a questão do totalitarismo remonta aos anos 1950 e 1960, a geração seguinte, de Marcel Gauchet e Pierre Rosanvallon, fala da crise da década de 1970, especialmente a partir dos eventos de 1968. Em ambos os autores, a herança libertária de 1968 levou a uma problematização da sociedade democrática na busca por mais liberdade em uma clara negação ao stalinismo. E seguindo os passos de Aron, Lefort e Furet, retornaram aos autores do século XIX – Benjamin Constant, Alexis de Tocqueville, François Guizot – com o objetivo de traçar uma genealogia da sociedade democrática francesa e Ocidental tendo em vista a busca do “político” como campo de investigação até este se tornar um conceito historiográfico com Pierre Rosanvallon (Gauchet, 2003; Rosanvallon, 1985 e 2003)².

O PROJETO INTELECTUAL DE PIERRE ROSANVALLON

Referiu-se acima a uma determinada “família de espíritos”. Nesta, a reflexão teórica busca a esfera do “político” como sendo aquela em que todas as teias de relacionamentos se constroem. A sociedade nesta visão não é um dado, mas um construto constantemente reatualizado. O recurso a certos traços da historiografia dos *Annales*, como a noção de cultura política e as relações entre as práticas, discursos e representações permitem

² Pierre Rosanvallon afirma usar o “campo do político” em um sentido weberiano o que implica a reconstrução do caminho percorrido pelos atores (Rosanvallon, 2001).

perceber um deslocamento conceitual em relação à sociologia e à ciência política tradicionais. A prioridade é dada às estratégias sociais de poder, sobrevivência e manutenção do *status quo* e não ao funcionamento do Estado e dos partidos políticos simplesmente.

Há espaço para uma certa “microfísica do Poder” no sentido de Michel Foucault ou mesmo para uma “micro-história” atenta às estratégias familiares e locais como a de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. O que está em jogo é a sociabilidade, sendo esta vista como um espaço de poder presente na sociedade que se relaciona com o Estado.

O ponto de partida para esta reflexão, em Rosanvallon, foi a confecção de seu estudo sobre a noção de “mercado” na economia política inglesa do século XVIII (Rosanvallon, 1999). O autor vê nesta uma forma de regulação social alternativa ao Contrato Social e nesta as decisões ocorrem na sociedade e não na autoridade. O “mercado” permite resolver a difícil questão do fundamento da obrigação no pacto social. A obrigação torna-se a afirmação elevada da liberdade. O indivíduo só a reconhece na medida em que compreende a coincidência de seu interesse com o interesse coletivo. Pensa a sociedade como não tendo um “centro”; uma lei reguladora sem legislador (Rosanvallon, 1999).

O autor reconhece a sua dívida em relação às aulas no Collège de France em 1978 e 1979 de Michel Foucault sobre a genealogia do ordo-liberalismo alemão (Rosanvallon, 2006^a).

“O ‘Homo-econômico’ não diz isto. Ele diz ao seu soberano: tu não deves; mas ele diz ao soberano o porque ele não deve. Tu não deves porque tu não podes. E tu não podes no sentido de que ‘tu és impotente’ e porque és impotente tu não podes. Tu não podes porque tu não sabes e tu não sabes porque tu não podes saber” (Foucault, 2004: 286).

A questão remete à idéia de transparência que faz parte da utopia liberal do mercado. Não se trata, para Rosanvallon, de defender o liberalismo econômico à inglesa. Pensa, ao contrário, que a distinção entre as vertentes política e econômica do liberalismo é pouco produtiva. Desta forma, o interesse no pensamento liberal do XVIII é a busca de uma instância reguladora na sociedade a despeito do Estado. Não se trata de substituir o Estado pelo “mercado” e sim de modificar a imagem que se tem da esfera do “político”,

deslocando-a em direção à sociedade. Algo como transformar a sociedade democrática em um contra-poder como na leitura sobre os nativos de Pierre Clastres.

A publicação do livro sobre o “mercado” fez com que François Furet convidasse Rosanvallon para o *Institute Raymond Aron*, onde iniciou seus estudos sobre a gênese da democracia francesa (Rosanvallon, 2006^a). E, seguindo a intuição presente em Aron, Lefort e Furet, parte para um estudo sobre François Guizot e o liberalismo doutrinário francês entre 1815 e 1848.

É curioso o título dado a este trabalho: *Le Moment Guizot* (1985). A analogia com o título do trabalho fundador de John Pocock sobre Maquiavel e a tradição republicana é evidente. Isto demonstra um contato com o “Contextualismo Lingüístico” de Skinner e Pocock. No entanto, ao contrário da metodologia de Skinner mais presa a uma avaliação sincrônica, há na obra de Pocock uma preocupação com a dimensão diacrônica dos vocabulários políticos e suas transformações no tempo, com as apropriações ocorridas, etc. Importa em *Le Moment Guizot* o uso político das tradições filosóficas, do legado da Revolução Francesa e dos conceitos da política. É relevante saber como François Guizot – historiador, político e ministro na Monarquia de Julho – utilizava os conceitos de “classes”, “civilização” e “legitimidade” em suas disputas políticas. Da mesma forma, as discussões que travava com os seus opositores republicanos, jacobinos ou ultras permitem ver as mudanças de significação, as críticas aos idealismos e, o principal, a importância de regularizar a sociedade criada pela Revolução a partir do sistema representativo.

“A análise semântica, a reflexão filosófica e a vida política delimitam doravante um mesmo campo: aquele da democracia indissociavelmente compreendida como questão e como experiência, abolindo a um só golpe a fronteira entre as categorias clássicas da compreensão e da ação” (Rosanvallon, 1993: 29).

Resumindo, não se trata apenas de restituir o pensador do século XIX ao seu contexto lingüístico e social de produção, como desejaria um historiador da política como Quentin Skinner³. O historiador espera intervir no debate político contemporâneo a partir de uma história das ressonâncias entre nossa experiência e o passado (Rosanvallon, 2001).

³ Rosanvallon fala em um certo antiquarismo skinneriano devido a sua obsessão em negar as tradições inglesas da filosofia política (2001 e 2006^a).

UMA HISTÓRIA DA DEMOCRACIA

A questão intelectual que preside os trabalhos de Pierre Rosanvallon desde *La Crise de l'État Providence* (1981) é a crise de confiança em torno do Contrato Social nas democracias modernas. Uma crise que questiona a concordância entre a ligação social e cívica, pois a “cidadania social” seria um retorno a um “*État-civique-providence*” fundado sobre a solidariedade. A solidariedade cívica pode ser um cimento coletivo que, em um momento de crise, se dissolve. Resta então buscar um novo Contrato Social a fim de lidar com o déficit de representação existente no mundo contemporâneo (Rosanvallon, 2001 e 2006b).

O projeto passa a ser a realização de uma história da democracia ocidental a partir de um método interativo e compreensivo. Um método empático “porque supõe a capacidade de retomar uma questão situando-se no interior de seu trabalho”. Uma empatia controlada que não implica identificação (a compreensão de Weber), mas sim, a inserção dos testemunhos em seu contexto de produção (Rosanvallon, 1996).

Esta tem sido realizada desde o ano de 1992 com a publicação das seguintes obras: *Le Sacre du Citoyen: Histoire du suffrage universel en France* (1992), *Le Peuple Introuvable: Histoire de la Représentation démocratique en France* (1998), *La démocratie inachavée: Histoire de la souveraineté du peuple en France* (2000), *Le modèle politique français: La société civile contre le jacobinisme de 1789 à nos jours* (2004) e, finalmente, *La Contre-démocratie: la politique à l'âge de la défiance* (2006).

A trajetória da sociedade democrática tal como demonstrada pelo autor chama a atenção para vários aspectos – entre os séculos XIX e o início do XXI – que representam uma crise nos valores e crenças democráticos, assim como o questionamento acerca das formas de pertencimento social, participação política e representação.

O recurso à história permite comparar a atualidade com o início do XIX na França, por exemplo. Um período marcado pelo “resfriamento da política” desde o 9^o *Thermidor*, golpe que derrubou os jacobinos. Entra em questão a “perda das paixões políticas” e a rotinização da Revolução. Muitas das críticas à sociedade burguesa existente no período –

aristocráticas, românticas, jacobinas, republicanas⁴ - colocam em questão os limites entre o indivíduo atomizado do capitalismo e o indivíduo público, heróico e solidário das tradições anteriores ao século XIX (Rosanvallon, 2003-2004).

O conjunto de críticas apresenta uma alternativa à decomposição social, à individualização empobrecedora do mundo. As figuras do guerreiro, do poeta e do insurgente são mobilizadas para pôr em questão o burguês isolado e privatista. São atores e não debatedores passivos. “Estas convergências sugerem um fato essencial: a crítica do mundo burguês foi indissociavelmente aquela do mundo liberal, do mundo capitalista e do mundo parlamentar (Rosanvallon, 2003-2004: 1.120).

É possível traçar um paralelo entre a perda da energia revolucionária de 1789 durante o século XIX com a decepção provocada pelo fracasso da utopia socialista desde a década de 1950. Este foi o *insight* de François Furet apropriado por Rosanvallon. No entanto, a alternativa imaginada pelos dois historiadores era (e é) a utilização da história da Revolução Francesa e dos debates acerca da democracia desde então para repensar cultura contemporânea.

Neste sentido há um encontro entre uma questão política – a utilização do passado para informar a ação – e, também, uma questão historiográfica – o recurso a uma abordagem da história política nova, ligada à cultura política e à sociabilidade por intermédio do conceito do “político”.

“Eu não concebo um afastamento entre a história política e a filosofia política. Eu penso que há curiosidades e sensibilidades com formas de aplicação diferentes. É preciso que elas estejam sempre em discussão” (...)

“A verdadeira discussão intelectual é a comparação entre diferentes abordagens e resultados” (Rosanvallon, 2006^a: 14).

⁴ Estou operando com uma distinção entre um republicanismo radical (jacobino) e um republicanismo moderado de origem termidoriana. A questão do sufrágio universal masculino alfabetizado e a intervenção do Estado na economia fazem parte da versão radical ao passo que o voto censitário e a livre iniciativa são representativas da versão mais moderada (tendo em vista a sociedade burguesa do XIX).

BIBLIOGRAFIA

ARON, Raymond. “Idées Politiques et vision historique de Tocqueville”. *Révue Française de Science Politique*, 1960, 10(3): 509-526.

_____ *Dezoito lições sobre a Sociedade Industrial (1962)*. São Paulo, Martins Fontes; Brasília, Ed. UNB, 1981.

_____ *As Etapas do Pensamento Sociológico (1967)*. São Paulo, Martins Fontes; Brasília, Ed. UNB, 1990^A.

_____ “Alexis de Tocqueville y Carlos Marx” (1965). *Ensayo sobre las Libertades*. Madrid, Alianza, 1990b.

BAKER, Keith Michael. “Introduction”. BAKER, K. M. (ed.). *The French Revolution and the Creation of Modern Political Culture. Vol. 1: The Political Culture of the Old Regime*. Oxford, Pergamon Press, 1991: XI-XXIV.

CLASTRES, Pierre. “La question du pouvoir dans les sociétés primitives”. *Interrogations, mars de 1976*.

_____ *A Sociedade Contra o Estado (1974)*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.

DE CERTEAU, Michael. “A Formalidade das Práticas”. *A Escrita da História (1975)*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

FOUCAULT, Michel. *Naissance de la Biopolitique*. Paris, EHESS/Gallimard/Seuil. Cours au Collège de France 1978-1979.

FURET, François. *Pensar a Revolução Francesa (1978)*. Lisboa, Edições 70, 1988.

_____ *A Revolução em Debate (1999)*. Bauru, Edusc, 2001.

GAUCHET, Marcel. *La Condition Historique*. Paris, Seuil, 2003.

LEFORT, Claude. *Essais sur le Politique XIXe-Xxe siècles*. Paris, Seuil, 1986.

_____ *Desafios da Escrita Política (1992)*. São Paulo, Discurso Editorial, 1999.

ROSANVALLON, Pierre. *Le Capitalisme Utopique: Histoire de l'idée de marché (1979)*. Paris, Seuil, 1999.

_____ *Le Moment Guizot*. Paris, Gallimard, 1985.

_____ “L’Histoire du mot démocratie à l’époque moderne”. *La Pensée Politique. Vol.1: Situations de la Démocratie*. Paris, EHESS/Gallimard/Seuil, 1993.

_____ “Por uma história conceitual do político”. *História (Universidade Estadual Paulista)*, 1996, vol. 15: 27-39.

_____ “Toward a philosophical history of the political”. CASTIGLIONE, D. & HAMPSHER-MONK, J. (eds.). *The History of Political Thought in National Context*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

_____ *Pour une Histoire Conceptuelle du Politique*. Paris, Seuil, 2003.

_____ “Histoire Moderne et Contemporaine du Politique”. *Cours: Le Désenchantement de la Démocratie*. Collège de France, 2003-2004.

_____ “Itinéraire et role de l’intellectuel”. *Revista de Libros*. Madrid, 28 septembre 2006^A (impresso).

_____ “Introduction”. *La Contre-Démocratie: la politique à l’âge de la défiance*. Paris, Seuil, 2006b.